DIÁRIO OFICIAL

Do Município de Jeriquara/SP

Pagina 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA

Assinado de forma Digital por: PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA
Dados: 2018.09.18
Horas: 06:14:43

= De acordo com a Lei Complementar n.º 085/2017 de 19 de Dezembro de 2017 =

(Referência – Projeto de Lei Complementar n.º 012/2017 de 28 de Novembro de 2017)
(Referente – Autografo de Lei n.º 058/2017 de 19 de Dezembro de 2017

Ano 01 | Jeriquara/SP, Terça-Feira, 18 de Setembro de 2018 | Número 102

Nesta Edição	Pagina

Expediente	01
Decretos Legislativo – PM Jeriquara	01
Noticia I – Direitos Humanos.	02

Diário Oficial

Município

Diário Oficial do Município Jeriquara/SP

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE JERIQUARA
Rua Jonas Alves Costa, 559
CEP 14450-000 /BAIRRO CENTRO
JERIQUARA/SP
www.jeriquara.sp.gov.br
prefeitura@jeriquara.sp.gov.br
Fone: (16) 3134-8700
CNPJ: 45.353.315/0001-50

PODER EXECUTIVO
Eder Luiz Carvalho Gonçalves – Prefeito
Carlos Eduardo Leone – Vice-prefeito
Joelma Costa Morais Gonçalves – FUNSOL
Carlos Eduardo Barbosa Teixeira – Jurídico
Denner Manoel dos Reis – Jurídico
Daniela do Carmo Melo Pinheiro – Engenharia
Elaine Pinheiro de Paula Mansano Garcia – Educação
Juliana Sarreta Lucindo – Saúde
Rosani Veiga de Oliveira – Social
Antonio Carlos Gomes – Almoxarifado

PODER LEGISLATIVO
José Arquias Ferreira Alves – Presidente
Marli Maria Dias – Vice-presidente
Luiz Paulo Gomes Ribeiro – 1º Secretario
Paulo Luiz Vieira – 2º Secretario
Alberico Nonato Coelho
Altair Elias da Silva
Cintia de Paula Costa
Ismael Donizete Vieira Borges
Roberto de Lima

Decretos Legislativo – CM Jeriquara 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE JERIQUARA
JERIQUARA - SP

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001, DE 18/SETEMBRO/2018.

"Versando sobre a apreciação e julgamento das contas da Prefeitura Municipal de Jeriquara, referente ao exercício econômico financeiro de 2015, e dá outras providências".

JOSÉ ARQUIAS FERREIRA ALVES – Presidente da Câmara Municipal de Jeriquara, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

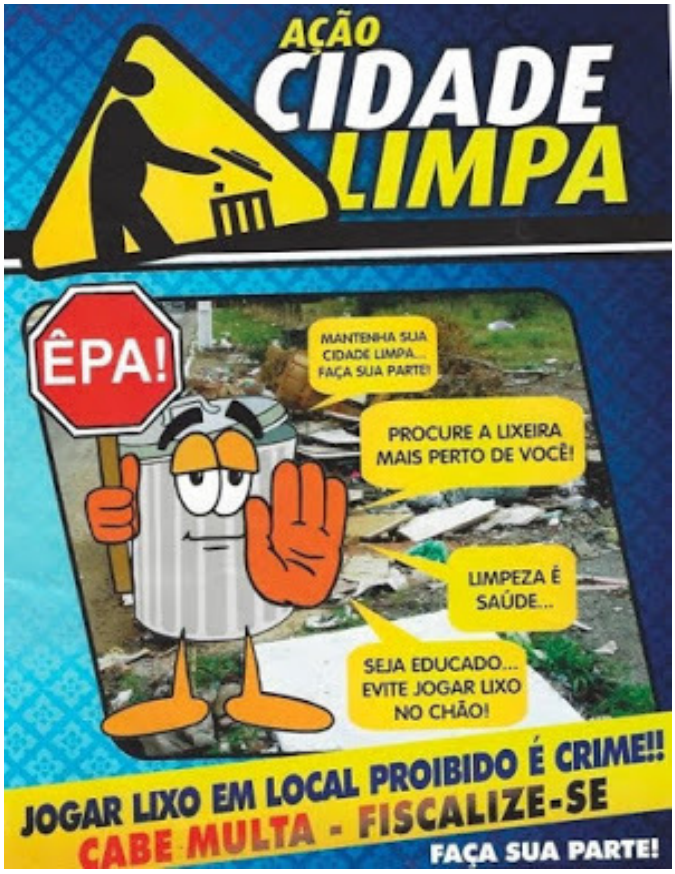
Art. 1º: Ficam rejeitadas contas anuais do Prefeito Municipal Sebastião Henrique Dal Piccolo, correspondentes ao exercício de 2015, contra o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo conforme o processo nº 02550/026/15 de 05/01/2015 e o Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Jeriquara;

Art. 2º: Integra este projeto de Decreto Legislativo o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças, favorável a sua aprovação;

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JERIQUARA
EM, 18 de Setembro de 2018.

JOSÉ ARQUIAS FERREIRA ALVES
PRESIDENTE





DIÁRIO OFICIAL

Pagina 2

Do Município de Jeriquara/SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA

Assinado de forma Digital por: PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA
Dados: 2018.09.18
Horas: 06:14:43

= De acordo com a Lei Complementar n.º 085/2017 de 19 de Dezembro de 2017 =

(Referência – Projeto de Lei Complementar n.º 012/2017 de 28 de Novembro de 2017)
(Referente – Autografo de Lei n.º 058/2017 de 19 de Dezembro de 2017

Ano 01 | Jeriquara/SP, Terça-Feira, 18 de Setembro de 2018 | Número 102

Noticia I – A necessidade dos valores dos direitos humanos



A necessidade de reafirmar os valores dos direitos humanos

O que é necessário em face a esse ataque global aos direitos humanos é uma reafirmação e a defesa vigorosa dos valores básicos que funcionam como alicerce desses direitos. Há papéis importantes para muitos atores. As organizações da sociedade civil, particularmente os grupos que lutam para defender os direitos, precisam proteger o espaço cívico onde houver ameaças, construir alianças entre as comunidades para demonstrar o interesse comum pelos direitos humanos e abrir canais de diálogo entre o Norte e o Sul para unir forças contra os autocratas que estão claramente aprendendo um com o outro. Os meios de comunicação devem ajudar a dar destaque às perigosas tendências em curso, moderando sua cobertura das declarações e condutas diárias com a análise de seus desenvolvimentos no longo prazo. Eles também devem fazer um esforço especial para denunciar e refutar a propaganda e as "notícias falsas" que certos partidários produzem. Os governos altamente comprometidos com os direitos humanos devem defender mais regularmente os princípios fundamentais. Isso inclui democracias latino-americanas, africanas e asiáticas que agora votam de forma regular e positiva em iniciativas na ONU lideradas por outros países, mas raramente assumem a liderança, seja na ONU ou em suas relações diretas com outros países. Em última análise, a responsabilidade recai sobre o público. Os demagogos são movidos pelo casuísmo, ganhando apoio popular ao difundirem explicações falsas e soluções baratas para problemas reais. O melhor antídoto é que o público exija uma política baseada na verdade e nos valores sobre os quais a democracia foi construída, respeitando os direitos. Populistas prosperam em um vácuo de oposição. Uma forte reação popular usando todos os meios disponíveis — organizações da sociedade civil, partidos políticos, mídia tradicional e redes sociais — é a melhor forma para defender os valores que muitos ainda prezam apesar dos problemas que enfrentam. Mentiras não se tornam verdade apenas porque são propagadas por um exército de "trolls" na internet ou por uma legião de partidários. As câmaras de eco que perpetuam as falsidades não são inevitáveis. Os fatos continuam sendo poderosos, e é por isso que os autocratas vão tão longe para censurar aqueles que relatam verdades inconvenientes, especialmente sobre o abuso dos direitos humanos. Os valores são frágeis. Como os valores dos direitos humanos dependem principalmente da capacidade de empatia com os outros — reconhecer a importância de tratar os outros da mesma forma que gostaríamos de ser tratados — eles restam especialmente vulneráveis à atratividade do discurso excludente que profere o demagogo. A cultura de respeito aos direitos humanos de uma sociedade precisa de manutenção e cuidados constantes para que os medos de hoje não varram para longe a sabedoria que ergueu o regime democrático e os direitos humanos existem para proteger as pessoas contra o abuso e a negligência do governo. Os direitos limitam o que um Estado pode fazer e impõem obrigações sobre como um Estado deve agir. No entanto, hoje uma nova geração de populistas está mudando completamente essa proteção. Afirmando que falam pelo "povo", eles tratam os direitos como um obstáculo a sua concepção do que seria a vontade da maioria, um obstáculo desnecessário à defesa da nação daquilo que eles enxergam como ameaças e forças do mal. Em vez de adotar os direitos como uma proteção para todos, eles privilegiam os interesses declarados da maioria, encorajando as pessoas a adotar a crença perigosa de que nunca precisarão reivindicar direitos contra um governo que diz estar agindo em seu nome. O poder de atração dos populistas aumentou por causa da crescente insatisfação pública com o status quo. No Ocidente, muitas pessoas se sentem deixadas para trás pelas mudanças tecnológicas, pela economia global e pela crescente desigualdade. Atos terríveis de terrorismo geram apreensão e medo. Alguns sentem desconforto com sociedades que se tornaram mais diversas étnica, religiosa e racialmente. Há uma crescente sensação de que os governos e a elite ignoram as preocupações da população. Nesse caldeirão de descontentamento, certos políticos estão florescendo e até ganhando apoio ao tratarem os direitos como algo que protege apenas os suspeitos de terrorismo ou refugiados em detrimento da segurança nacional, do bem-estar econômico e das preferências culturais da suposta maioria. Eles usam os refugiados, as comunidades de imigrantes e as minorias como bode expiatório. A verdade é uma vítima frequente. O nacionalismo, a islamofobia, o racismo e a xenofobia estão em ascensão. Essa tendência perigosa ameaça reverter os progressos feitos pelo movimento moderno dos direitos humanos. Nos seus primeiros anos, esse movimento estava preocupado com as atrocidades da Segunda Guerra Mundial e a repressão associada à Guerra Fria. Tendo visto o mal que os governos podem fazer, os Estados adotaram uma série de tratados de direitos humanos para limitar e deter abusos futuros. Proteger esses direitos era algo visto como necessário para que os indivíduos vivessem com dignidade. O crescente respeito aos direitos estabeleceu as bases para sociedades mais livres, seguras e prósperas. Hoje, porém, um número crescente de pessoas passou a ver os direitos não como uma forma de protegê-las do Estado, mas como forma de prejudicar os esforços governamentais para defendê-las. Nos Estados Unidos e na Europa, no topo da lista do que é considerado ameaça está a migração, onde preocupações sobre identidade cultural, oportunidades econômicas e terrorismo se cruzam. Encorajado pelos populistas, um crescente número de pessoas vê os direitos como algo que protege apenas essas "outras" pessoas, e não elas mesmas – e, portanto, acabam enxergando esses direitos como dispensáveis. Os populistas sugerem que se a maioria quer limitar os direitos de refugiados, migrantes ou minorias, ela deve ser livre para fazê-lo. O fato de tratados e instituições internacionais estarem no caminho só intensifica essa antipatia pelos direitos em um mundo onde o nacionalismo é muitas vezes mais valorizado que o globalismo. Talvez seja parte da natureza humana o fato de ser mais difícil se identificar com pessoas que são diferentes, e mais fácil aceitar a violação de direitos delas. As pessoas se consolam no perigoso pressuposto de que a aplicação seletiva dos direitos é possível, isto é, que os direitos dos outros podem ser comprometidos desde que os delas próprias permaneçam protegidos. Mas os direitos por sua natureza não admitem uma abordagem "à la carte". Você pode não gostar de seus vizinhos, mas se você sacrificar os direitos deles hoje, estará arriscando seus próprios direitos amanhã, porque, em última instância, os direitos são fundamentados no dever recíproco de tratar os outros como você gostaria de ser tratado. Violar os direitos de alguns é ruir a construção de direitos que inevitavelmente serão necessários para defender membros da suposta maioria em cujo nome as violações ocorrem hoje. Às custas de nossa própria segurança, esquecemos os demagogos do passado — os fascistas, os comunistas, e outros semelhantes que alegavam ter uma visão privilegiada do interesse da maioria, mas que acabaram esmagando as liberdades individuais. Quando os populistas tratam os direitos como um obstáculo à sua visão da vontade da maioria, é só uma questão de tempo para que eles se voltem contra aqueles que discordam de sua agenda política. O risco aumenta muito quando os populistas atacam a independência do judiciário por este defender o Estado de Direito — ou seja, por impor limites à conduta governamental com base nos direitos. Essas alegações de "majoritarismo" irrestrito e os ataques aos mecanismos de controle que restringem o poder de um governo são talvez o maior perigo hoje para o futuro da democracia no Ocidente. ***Kenneth Roth.*** *Executivo Diretor*